

A Contribuição Socioambiental das Instituições Financeiras

The Socio-environmental Contribution of Financial Institutions

Euller Saldanha Gouvêa Santos¹

Renata Turola Takamatsu²

Talissa Bedran Linhares³

Recebido: 07/10/2016

Aprovado: 25/11/2016

Publicado: 15/12/2016

Processo de Avaliação: Double Blind Review

RESUMO

A conscientização de empresas sobre a escassez de recursos naturais evidencia o conceito de desenvolvimento sustentável, que prevê que as necessidades da atual geração devem ser satisfeitas sem comprometer as necessidades de gerações futuras. O presente trabalho descreveu o comportamento dos 27 bancos detentores de ações comercializadas na BM&FBovespa, em 2016, quanto ao atendimento ao que se preceitua a Global Reporting Initiative (GRI) sobre a evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade de informações de caráter ambiental e social, com intuito de informar o empenho das instituições em questões socioambientais. A pesquisa foi realizada em sua forma descritiva e classificada como bibliográfica e documental, sendo acompanhada de uma análise qualitativa e quantitativa. Os resultados revelaram que, das instituições que compõem a amostra, apenas os maiores bancos divulgaram relatório de sustentabilidade entre 2013 e 2015, sendo tais divulgações de acordo com os padrões estabelecidos pela GRI. No entanto, o baixo número de instituições aderentes à publicação do relatório nos padrões internacionais dificultou a comparação entre os resultados alcançados pelo setor, e ainda a comparação entre os próprios bancos em períodos distintos, tendo em vista a não padronização de alguns indicadores e das unidades de medida utilizadas.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; Desenvolvimento sustentável; *Global Reporting Initiative* (GRI); Instituições Financeiras.

1 Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: eullersaldanha@hotmail.com

2 Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG e do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria - CEPCON/UFMG. Graduada em Ciências Contábeis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Mestre e Doutora em Controladoria e Contabilidade (Universidade de São Paulo). E-mail: rettakamatsu@gmail.com

3 Graduada em Design de Ambientes pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: talissabl@hotmail.com

Abstract

Corporations awareness about the scarcity of natural resources underscores the concept of sustainable development, which consists the needs of the present generation must be satisfied without compromising the needs of future generations. This paper describes the behavior of the 27 banks that hold shares traded on the BM & FBovespa, in 2016, regarding compliance with the Global Reporting Initiative (GRI) about the disclosure of environmental and social information in the Sustainability Reports, intending to inform the institutions' commitment on social and environmental issues. The research was carried out in its descriptive form and classified as bibliographical and documentary, being followed by a qualitative and quantitative analysis. The results showed that, from the sampled institutions, only the largest banks released a sustainability report between 2013 and 2015, such disclosures being in accordance with GRI standards. However, the low number of institutions adhering to the publication of the report in international standards made it difficult to compare the results achieved by the sector, as well as comparing the banks themselves in different periods, considering the non-standardization of some indicators and the units that were used.

Key Words: Social and Environmental Responsibility; Sustainable Development; Global Reporting Initiative (GRI); Financial Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Em uma época recente, as empresas não pensavam no desenvolvimento sustentável e não o praticavam em suas ações. Com o passar dos anos, destacou-se a preocupação com o fato de que os recursos naturais, essenciais para o desenvolvimento econômico, eram escassos, e caso não fossem utilizados com responsabilidade e consciência, poderiam acabar. Assim, ao serem observadas as consequências ambientais, sociais, ecológicas e geográficas desses modelos, passou a ser necessária uma nova forma de pensar que garantisse a sustentabilidade da sociedade (Bruntland, 1987).

Nesse contexto é que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, encontrado no relatório *Brundtland*, onde o termo é definido como a capacidade de satisfazer as necessidades da atual geração sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Amaral, 2003; Beato, Souza & Parisotto, 2009).

Como uma forma de incluir as instituições financeiras no debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, foi criada em 1992 a UNEP-FI (*United Nations Environment Programme Finance Initiative*), que se trata de um fórum mundial de finanças em que se busca “entender as consequências sociais e ambientais das atividades financeiras” (Mattarozzi & Trunkl, 2008).

De acordo com a própria instituição, seu objetivo é promover uma mudança sistêmica no modelo de financiamento para apoiar projetos mais sustentáveis, que

promovam a integração das questões de caráter sustentável no sistema financeiro tradicional, na gestão dos negócios e modelos de governança corporativa.

O relatório de 2007 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), organizado pelas Nações Unidas (ONU), mostrava que “a crescente exploração dos recursos naturais, somado com a desigualdade de distribuição desses recursos, foram os fatores que mais contribuíram para o aquecimento global do planeta” (Mattarozzi & Trunkl, 2008).

No relatório também constou ações que deveriam ser tomadas em conjunto com vários setores da economia no intuito de reduzir o impacto da ação do homem no meio ambiente. Em relação ao setor financeiro, este foi citado como um setor que está diante de um desafio substancial: realizar a intermediação financeira de forma a impactar o mínimo possível o meio ambiente, auxiliando os clientes em sua gestão socioambiental sem prejuízo de sua competitividade, principalmente em um mercado com crescentes exigências quanto à preservação do planeta (Mattarozzi & Trunkl, 2008).

Segundo o art 3º, IV da lei 6.938/81, poluidor é “a pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, responsável direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”. Sendo assim, de acordo com a lei em questão, as instituições financeiras seriam poluidoras indiretas ao financiarem tomadores de crédito poluidores.

Em uma sociedade que enfrenta problemas na sua relação com o meio ambiente, as empresas que se mostram preocupadas com o futuro sustentável do planeta também passam uma imagem positiva para o consumidor. Com o objetivo de padronizar os relatórios referentes à sustentabilidade nas empresas, surge em 1997, na Holanda, a *Global Reporting Initiative* (GRI). Para a GRI (2010, p. 6) “elaborar os relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”.

O estudo tem como objetivo geral descrever a aderência dos bancos listados na BM&FBovespa às recomendações de evidenciação ambiental da *Global Reporting Initiative*, no que se refere aos pronunciamentos específicos para setores da economia, como o suplemento para o setor de serviços financeiros.

- Identificar nas divulgações contábeis compulsórias e voluntárias disponíveis nas páginas dos bancos em questão a adequação destas aos Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental, classificados de acordo com a GRI (*Global Reporting Initiative*);

- Avaliar o grau de aderência das informações compulsórias e voluntárias evidenciadas nas páginas eletrônicas das instituições às características qualitativas dos Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental;
- Analisar a política de divulgação de informações voluntárias e compulsórias adotadas nas páginas eletrônicas dos bancos no intuito de identificar seu real envolvimento com as questões sociais e ambientais da sociedade.

Constata-se nas normas estabelecidas pelo Banco Central, que as instituições financeiras não são obrigadas a elaborar o Relatório de Sustentabilidade, sendo essa prática feita pelas instituições de forma voluntária.

De acordo com a *Global Reporting Initiative* (GRI), os Relatórios de Sustentabilidade são um meio de informação cada vez mais demandado pela sociedade para conhecer a realidade das empresas, sendo que das 250 maiores instituições do mundo, em torno de 80% produzem o relatório. O Brasil, com mais de 60 relatórios anuais de sustentabilidade, é o líder em publicações da América Latina.

Com isso, o estudo se justifica pela necessidade de tornar público à sociedade se tais relatórios produzidos estão seguindo as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative*, nas instituições que a aderiram.

Segundo Vergara (1997), um trabalho deve ser justificado pelas contribuições que ele proporciona na ordem prática, e ao estado da arte na área em que está buscando formação acadêmica. No que diz respeito à contribuição prática, os resultados mapeados buscaram auxiliar na melhoria das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade emitidos pelos Bancos, tendo em vista o ganho em aspectos como imagem e relação com clientes, ao serem vistas como empresas preocupadas com a questão da responsabilidade socioambiental.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1. Evidenciações de cunho ambiental nos relatórios de sustentabilidade

De acordo com o site do IBASE (2008), a elaboração dos relatórios de sustentabilidade ganhou força no Brasil apenas a partir de 1997, quando o sociólogo

Herbert de Souza, conhecido como Betinho, lançou uma campanha pela divulgação voluntária do relatório, contando com o apoio e participação de lideranças empresariais de todo o país.

Desde então, as empresas vêm aprimorando a publicação de seus relatórios de sustentabilidade por diversos motivos, os quais segundo a *Global Reporting Initiative* (2012) pode-se citar a preocupação em demonstrar compromisso com o meio ambiente e ser transparente; demonstrar capacidade de participar de mercados competitivos; planejar atividades, se tornar mais sustentável, posicionar a empresa e ainda seguir a legislação.

Ainda de acordo com a *Global Reporting Initiative* (2012), a implantação do relatório de sustentabilidade traz diversos benefícios para a empresa, como o desenvolvimento de visão e estratégia, melhorias no sistema de gestão, aperfeiçoamento dos processos internos e estabelecimento de metas, identificação de pontos fortes e fracos, atração e retenção de funcionários, integração entre departamentos, estímulo à inovação e atração de investidores.

2.2. Responsabilidade civil das instituições financeiras pelo dano ambiental

Para que se tenha uma melhor compreensão do assunto tratado, faz-se necessário definir quais instituições se enquadram como “Instituições Financeiras”. Segundo o artigo 17 da Lei 4.595/64, consideram-se Instituições Financeiras as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal, ou acessória, a custódia de valor de propriedade de terceiros e intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros. Equiparam-se às Instituições Financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas anteriormente, de forma permanente ou eventual (Lei 4.595, 1964).

Com isso, pode-se definir como poluidora a Instituição Financeira que se enquadra na definição do art. 3º, inciso IV, da Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que fala que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente por alguma atividade que degrade o meio ambiente. Segundo o artigo 12 da Lei 6.938/81, as entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais deverão condicionar a aprovação de projetos ao cumprimento dos padrões, normas e critérios do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama, 2016).

O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. De acordo com o artigo 12 da Lei 6.938/81, as Instituições Financeiras que não cumprirem as normas, critérios e padrões estabelecidos pelo CONAMA, perderão ou sofrerão restrições aos benefícios fiscais concedidos pelo poder público (Alimonda & Leão, 2005).

Além disso, o artigo 2º da Lei 9.605/1998 dispõe que diretores, administradores, gerentes e prepostos de pessoa jurídica que possuem conhecimento de prática criminosa e não realizam nenhuma ação no intuito de impedi-la, responderão também por tais atos.

2.3. Estudos relacionados

Achua (2008) analisou a relevância da Responsabilidade Social Corporativa no setor bancário da Nigéria, setor considerado a mola propulsora para o desenvolvimento socioeconômico do país em questão. O trabalho indicou fatores que atuam como inibidores do desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa no setor bancário da Nigéria, como a baixa regulamentação, o alto índice de corrupção e o ambiente macroeconômico desfavorável.

Day e Woodward (2009) desenvolveram um estudo sobre o nível de adequação dos bancos, seguradoras e sociedades de construção às diretrizes desenvolvidas para o setor de serviços financeiros do Reino Unido. Os autores chegaram à conclusão de que havia um baixo nível de adequação e divulgação das informações nos três setores analisados.

Farook, Hassan e Lanis (2011) estudaram e testaram um modelo de indicadores das divulgações sociais dos bancos islâmicos. Como conclusão do trabalho, observou-se uma variação significativa nas divulgações dos relatórios de Responsabilidade Social dos bancos, explicada pelo nível social da região, liberdade política e influência da Lei Islâmica (Sharia).

No Brasil, Wajnberg e Lemme (2009) estudaram os relatórios socioambientais divulgados por instituições financeiras no intuito de entender a relação do desempenho financeiro corporativo com o respeito ao meio ambiente e sociedade em geral. Com a pesquisa, os autores puderam concluir que as práticas de sustentabilidade e sua associação com o desempenho financeiro corporativo é mais presente em empresas de grande porte.

Moretti (2010) fez uma comparação da comunicação de bancos nacionais em relação ao apelo social e ambiental, com evidências do que eles realmente praticavam na questão da responsabilidade social. Com o estudo, Moretti (2010) concluiu que os resultados apresentados nos quesitos trabalhadores - meio ambiente e consumidores - foram divergentes aos verificados em campanhas publicitárias, sendo, em sua maioria, piores do que o que foi publicado.

Busch e Delgado (2012) realizaram um estudo teórico com o objetivo de entender os motivos que levam as empresas a adotarem práticas sustentáveis. Segundo os autores, foi observado que as empresas utilizam de tais práticas devido ao impacto ético e sustentável causado na sociedade em geral. Porém, a dificuldade encontrada nas organizações remete a como manter as práticas adotadas para que os *stakeholders* e a própria empresa continuem com sua gestão e estratégia voltadas à sustentabilidade.

Schwarzin (2012) realizou um estudo no intuito de identificar as competências necessárias às pessoas para que estas apliquem a sustentabilidade nas organizações e se seria necessário maior interação dialógica e aprendizado para que isso ocorra. Conclui-se que para correta utilização de práticas sustentáveis as pessoas precisarão desenvolver suas capacidades e qualidades que permitam comportamentos alternativos, utilizando da interação dialógica e do aprendizado gerado por essa troca de conhecimentos.

A partir dos estudos pode-se observar que em diversos países, como apresentado nos estudos de Achua (2008), Day e Woodward (2009) e Farook, Hassan e Lanis (2011), existem dificuldades em se encontrar um padrão a ser seguido pelas empresas para que elas consigam demonstrar com fidedignidade como é a sua relação com o meio ambiente e com a sociedade em que está inserida.

3 METODOLOGIA

3.1. Tipos de pesquisa

Com relação aos objetivos, a pesquisa foi realizada em sua forma descritiva, com a utilização de fontes primárias e secundárias. Os estudos descritivos, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), selecionam e coletam uma série de informações a respeito de cada uma das questões abordadas para assim descrever o que é pesquisado.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica busca analisar e conhecer as contribuições científicas ou culturais do passado que incidem sobre um determinado assunto, tema ou problema (Cervo & Bervian, 1983). Já a pesquisa documental é baseada em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser elaborados de forma distinta de acordo com o que a pesquisa propõe (Gil, 1987).

No que se refere à abordagem do problema, esta se deu a partir de uma análise qualitativa e quantitativa. De acordo com Richardson (1999), a análise qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais e permitindo um maior grau de profundidade e entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, busca quantificar as informações coletadas, ou seja, transforma-las em números. Neste modelo de pesquisa utilizam-se técnicas estatísticas para tratamento das informações coletadas, que podem ser simples como médias e percentuais, ou mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão (Richardson, 1999).

3.2. Amostra e fonte de dados

A amostra da pesquisa consistiu nos bancos que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) em 2016. Na Tabela 1, detalha-se as empresas componentes da amostra.

Tabela 1 - Empresas Componentes da Amostra

Alfa Holdings	Banco Mercantil Do Brasil
Banestes - Banco Est Espirito Santo	Banco Nordeste Do Brasil
Banco Abc Brasil	Banco Pan
Banco Alfa De Investimento	Banco Patagônia
Banco Amazônia	Banco Pine
Banco Bradesco	Banco Santander (Brasil)
Banco Brasil	Banco Santander
Banco BTG Pactual	Banco Sofisa
Banco Daycoval	BRB Banco De Brasília
Banco Estado De Sergipe - Banese	Consortio Alfa De Administração
Banco Estado Do Para	Itaú Unibanco Holding
Banco Estado Do Rio Grande Do Sul	Itausa Investimentos Itaú
Banco Indusval	Paraná Banco
Banco Mercantil De Investimentos	

Fonte: elaborado pelos autores.

A escolha dos bancos citados se deve ao fato de estes publicarem as Demonstrações Financeiras e, em alguns casos, um Relatório de Sustentabilidade, que serviram como base para as análises efetuadas no estudo.

Os dados foram coletados nas páginas eletrônicas das instituições financeiras mencionadas; no *site* da BM&FBovespa e em sites de órgãos que fizeram parte da pesquisa, como o *Global Reporting Initiative* (GRI), Instituto Ethos e Pacto Global.

3.3. Variáveis

A pesquisa utilizou os Relatórios Anuais ou de Sustentabilidade divulgados pelos bancos que compõem a amostra, considerando os Indicadores Essenciais de Desempenho Ambiental, classificados de acordo com a GRI (*Global Reporting Initiative*). São eles: (1) materiais; (2) água; (3) biodiversidade; (4) emissões, efluentes e resíduos; (5) produtos e serviços; (6) conformidade e (7) transporte.

A GRI foi a organização escolhida devido a sua representatividade no campo da Responsabilidade Socioambiental, possuindo um processo compartilhado de desenvolvimento e gestão que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade. Além disso, ela está alinhada ao Pacto Global, Instituto Ethos, índices de sustentabilidade empresarial e códigos de conduta e ética, tópicos também abordados no presente trabalho.

Tabela 2 - Detalhamento das variáveis analisadas

Aspecto	Descrição
Materiais	Materiais usados por peso ou volume; percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Energia	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária; consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.
Água	Total de retirada de água por fonte.
Biodiversidade	Localização e tamanho de área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas.
Emissões, Efluentes e resíduos	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso; emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso; descarte total de água, por qualidade e destinação.
Produtos e serviços	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços; percentual de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
Conformidade	Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Fonte: Global Reporting Initiative. (2010). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade & Suplemento Setorial de Serviços Financeiros (versão 3.0).

A Tabela 2 mostra o que compõe as variáveis abordadas pela GRI de forma a esclarecer quais fatores serão analisados ao observar o enquadramento das instituições aos padrões definidos pela *Global Reporting Initiative*.

3.4. Análise de dados

Na análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise que proporcionam a obtenção de indicadores qualitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens através da descrição do seu conteúdo (Bardin, 2004).

Além disso, a análise de conteúdo propõe a organização dos dados em três escolhas, sendo a primeira o universo de análise, seguido pelas unidades de análise ou unidades de registro, e por último as categorias de análise (Bardin, 1997).

Foi utilizada também a estatística descritiva, que tem como objetivo fazer uma síntese de uma série de valores de mesma natureza para que se tenha uma visão mais ampla de suas variações (Barbetta, 1998). A utilização da estatística descritiva contou com recursos como tabelas, gráficos, média, moda, mediana e desvio padrão.

A partir dos dados coletados das instituições financeiras em questão, foi feita uma análise para identificar se estas realmente incluem em suas políticas de crédito e de atuação no mercado fatores como a sustentabilidade e o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente e a sociedade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir são apresentadas e analisadas as evidenciações divulgadas pelas instituições financeiras da amostra referentes a cada indicador de desempenho, padrão *Global Reporting Initiative* em sua versão G4. O período da análise compreendeu os anos de 2013 a 2015.

Considera-se como limitação da pesquisa o fato de algumas instituições financeiras listadas em bolsa não publicarem o Relatório Anual de Sustentabilidade. São elas: Alfa Holdings, Banestes, Banco ABC, Banco Alfa, BTG Pactual, Banco Daycoval, Banese, Banco Estado do Pará, Banco Mercantil do Brasil, Banco Pan, Banco Patagônia, Banco Pine, Banco Sofisa, e Paraná Banco.

Algumas instituições aderem ao Relatório de Sustentabilidade, porém não no formato estabelecido pela GRI. São elas: Banco Santander e Banco de Brasília. Nos casos do Banrisul (Banco Estado do Rio Grande do Sul), Banco Indusval e Banco Nordeste do Brasil, a adesão ao relatório foi parcial, não tendo tais instituições publicado o Relatório de Sustentabilidade em todos os anos que compõem a amostra.

4.1. Indicador EN1 - materiais usados, discriminados por peso e volume

O Banco Bradesco não apresentou, nos relatórios dos anos de 2013 a 2015, informações referentes ao indicador EN1. De maneira similar, O Banrisul não apresentou, em seu Relatório de Sustentabilidade publicado em 2013, o indicador EN1. Nos outros anos que compõem a amostra o banco não divulgou o relatório em questão.

O Banco Amazônia, em 2013, apresentou um consumo de 30.160.859 unidades de papel branco, sendo um consumo *per capita* de 9.467 unidades. Em 2014, o consumo subiu para 31.802.756 unidades no total e 10.090 unidades *per capita*. Com o intuito de promover a rentabilidade operacional e fortalecer a cultura do gasto inteligente, a empresa utiliza do Programa Amazônia Otimiza, que atua no gerenciamento dos custos administrativos e consumo de recursos naturais e de energia. Como resultado do programa, em 2015 a empresa apresentou uma redução no consumo de papel branco de 5,19% em relação à 2014, chegando ao montante de 30.153.301 unidades e 9.438 unidades *per capita*.

O Banco do Brasil apresentou o indicador EN1 discriminado por peso. Em 2013, o consumo de papel ficou em 8.644 toneladas. Em 2014, esse número caiu para 8.516 toneladas, e em 2015 alcançou 6.601 toneladas. Essa redução, segundo a instituição, se deve a programas como o Dossiê Eletrônico, que substitui as cópias físicas de documentos por imagens digitalizadas. A empresa ainda destaca que faz uso de material confeccionado com papel reciclado, como os envelopes pardos, caixas de papelão e pastas para arquivos.

O Banco Indusval apresentou os dados do indicador EN1 também discriminados por peso. Como o banco divulgou apenas o relatório de 2013, o consumo de papel registrado foi de 13.421 kg. A instituição destacou ainda que está focada nas melhores práticas de consumo responsável e que a sustentabilidade faz parte da rotina de seus colaboradores.

O Banco do Nordeste divulgou o indicador EN1 nos anos de 2013 e 2014. Em 2013, o consumo ficou próximo de 436 toneladas de papel e em 2014 caiu para 411 toneladas. O banco coloca como responsável pela queda no consumo de papel a maior conscientização dos funcionários com relação a impressões desnecessárias e a desativação da gráfica, encaminhando a impressão de periódicos para gráficas externas.

O Banco Itaú Unibanco divulgou o consumo do indicador EN1 conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Indicador EN1 Itaú Unibanco

Ano	2013	2014	2015
Consumo (em toneladas)	6.171,31	5.322,08	7.001,07

Fonte: elaborado pelos Autores.

Conforme pode ser observado na Tabela 3, o consumo do Banco Itaú Unibanco, no comparativo de 2013 a 2015 teve um aumento considerável. Segundo a instituição, isso se deu devido à melhoria no sistema de coleta de dados. Foi destacado ainda que a empresa busca reduzir o consumo de papel através de ações como envio de correspondência por meio eletrônico e acesso a extratos pela internet para todos os segmentos do banco, alinhando sempre a estratégia de ser visto como um banco digital.

Os dados expostos quanto à divulgação do EN1 revelam que não há uma padronização na forma de publicação do indicador, podendo ser expresso em peso ou em unidades. Pode-se destacar os bancos Amazônia, Banco do Brasil e Itaú Unibanco, que apresentaram ações e programas que já estão em vigência e que estimulam o consumo consciente de materiais.

4.2. Indicador EN3 - consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária

Semelhante ao observado no indicador “EN1 - Materiais usados, discriminados por peso e volume”, o Banco Bradesco não apresentou dados referentes ao indicador EN3 em seus relatórios dos anos de 2013 a 2015. O Banrisul, em seu único Relatório de Sustentabilidade publicado, referente ao ano de 2013, também não apresentou o indicador EN3.

O Banco Amazônia apresentou, em 2013, um consumo de energia direta de 17.608.355 KWh, sendo 5.527 KWh por empregado. Por meio de ações do Programa Amazônia Otimiza, a instituição conseguiu uma redução no ano de 2014 para 16.932.483 KWh, sendo 5.372 KWh por funcionário. Em 2015, apesar de haver uma meta para redução de 5%, o banco apresentou um aumento de 3,09% no seu consumo de energia em KWh, chegando a 17.455.065 KWh e 5.463 KWh por funcionário.

O Banco do Brasil apresentou um consumo de energia no ano de 2013 de 706.870.961 KWh, sendo 6.299 KWh por funcionário. A empresa destacou sua política de uso racional de energia, que inclui critérios de eficiência energética na compra de equipamentos do sistema de iluminação e ar condicionado. Em 2014, houve considerável

crescimento no consumo, alcançando 736.215.299 KWh, sendo 6.597 KWh por funcionário. Para 2015, a organização promoveu uma campanha de consumo responsável em abril, sendo um dos fatores responsáveis pela redução do indicador para 724.215.999 KWh e 6.220 KWh por funcionário.

O Banco Indusval apresentou em seu único relatório (2013), um consumo de energia em 3.226,4 GigaJoules, que equivale a 896.222,22 KWh, sendo 2.023,08 KWh por funcionário. A empresa informou que possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental que regulamenta as atividades da empresa, como concessão de crédito e captação de novos clientes.

O Banco do Nordeste divulgou o indicador em MWh, sendo que em seu relatório de 2013 o consumo de energia elétrica foi de 47.158,59 MWh, equivalente a 47.158.590 KWh e 7.278 KWh por funcionário. Em 2014 o valor foi de 50.811,85 MWh, que equivalem a 50.811.850 KWh, sendo 7.288 KWh por funcionário. O aumento de aproximadamente 7,7% foi justificado pela empresa pelo aumento na quantidade de unidades em funcionamento, que passou de 212 para 304, resultando também em acréscimo no número de funcionários, que passou de 6.479 em 2013 para 6.972 em 2014.

O Banco Itaú Unibanco apresentou seu consumo de energia também em MWh, sendo 668.130,72 MWh em 2013, 716.772,69 MWh em 2014 e 717.779,51 MWh em 2015. Tais valores equivalem a 668.130.720 KWh em 2013, sendo 7.515 KWh por funcionário; 716.772.690 KWh em 2014, representando 7.692 KWh por funcionário e, em 2015, 717.779.510 KWh, sendo 7.947 KWh por funcionário. Segundo a instituição, mesmo com o início das operações no novo centro tecnológico, em Mogi Mirim, o consumo total em 2015 aumentou somente 0,14%, tendo sido considerado um fator positivo para a empresa. Além disso, várias ações vêm sendo tomadas com o intuito de utilizar a energia de forma mais consciente, como a instalação de iluminação em LED nos prédios administrativos, reforma de 198 aparelhos de ar condicionado e redução da operação de iluminação nas agências, que levou a redução de 16.020 lâmpadas ociosas em 2015.

Dentre as instituições analisadas, apenas o Bradesco e Banrisul não apresentaram o indicador EN3. A figura 01 mostra a evolução temporal do consumo de energia por funcionário das instituições que divulgaram seus resultados.

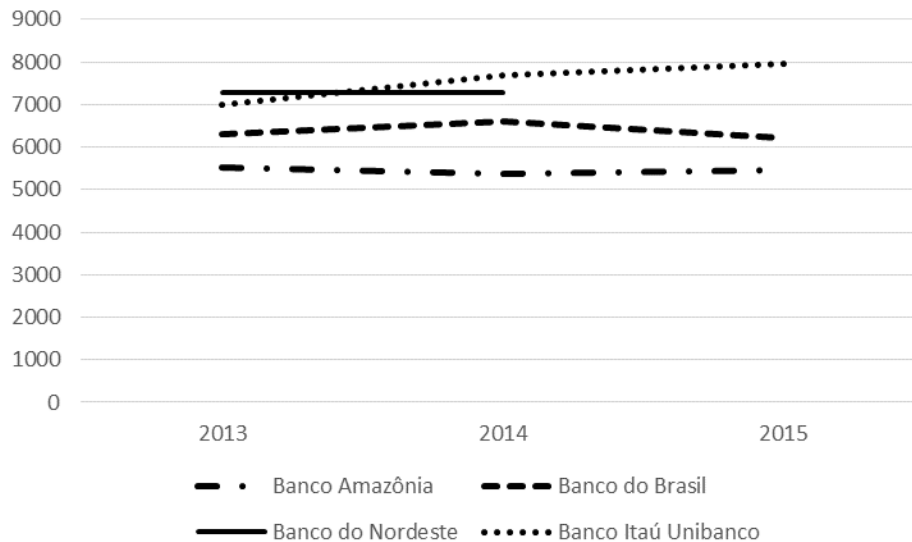


Figura 1 - Consumo de energia direta em KWh por funcionário.
Fonte: dados da pesquisa.

Para o indicador EN3 pode-se observar a falta de padronização na unidade de medida utilizada pelos bancos. Foram apresentados valores em KWh, MWh e GigaJoules, dificultando a comparação entre as instituições. Vale destacar a campanha apresentada pelo Banco do Brasil em abril de 2015, que proporcionou uma redução no consumo de energia da ordem de 1,63%, o que representa aproximadamente 12 milhões de KWh.

4.3. Indicador EN8 - total de retirada de água por fonte (em m³)

O Banco Bradesco, Banrisul e Banco do Nordeste não apresentaram dados referentes ao indicador EN8 em seus relatórios publicados. O Banco Indusval apresentou, em seu único relatório divulgado (2013), o consumo de 49.333 m³ de água. A instituição ainda acrescentou que busca elaborar estratégias para tornar cada vez mais eficaz a utilização dos recursos de energia e materiais.

O Banco Amazônia apresentou o indicador EN8 apenas em seu Relatório de Sustentabilidade do ano de 2013, onde foi destacado o consumo de água de 34.416,49 m³, sendo 9,84 m³ por funcionário. A empresa ainda destacou que realizou durante o ano em questão uma campanha informativa sobre práticas racionais de uso da água e reformas nas instalações hidráulicas, inserindo sanitários que possuam dispositivos de baixo consumo.

Dentre as instituições financeiras analisadas, apenas o Banco do Brasil e o Banco Itaú Unibanco apresentaram dados completos do indicador entre os anos de 2013 e 2015. A figura 02 apresenta a evolução temporal dos dados.

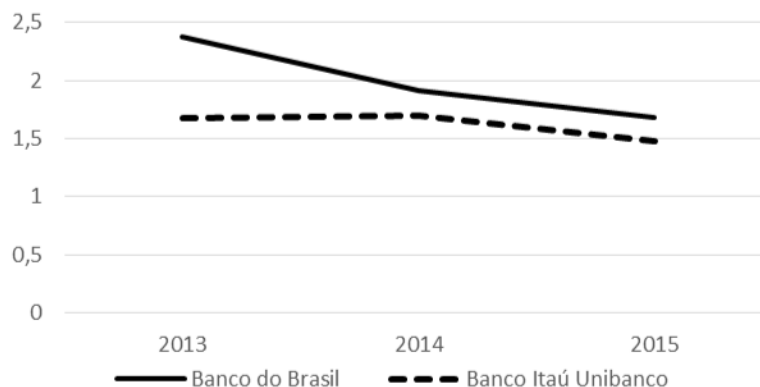


Figura 2 - Volume total de retirada de água por fonte em milhões de m³.

Fonte: dados da pesquisa.

O Banco do Brasil realiza a gestão do consumo de água desde 2005. Em 2013, apresentou um volume total de retirada de 2.371 milhões de m³, seguido por 1.913 milhões de m³ em 2014 e 1.678 milhões de m³ em 2015. A empresa destaca que os bons resultados alcançados nos últimos anos são decorrentes de um conjunto de iniciativas para o uso consciente e a gestão do consumo de água.

O Banco Itaú Unibanco apresentou um consumo de água no ano de 2013 de 1.675.031,11 m³, aumentando para 1.701.865,60 m³ em 2014 e sofrendo grande queda em 2015, cujo consumo foi de 1.472.460,63 m³. A instituição destacou em seu Relatório de Sustentabilidade de 2015 que nesse ano, além de alcançar a meta estabelecida para consumo de água, os centros administrativos tiveram uma redução de 18% e a rede de agências reduziu em aproximadamente 20% o consumo de água, ambos em comparação com o ano de 2014.

Ao contrário do comportamento observado para os indicadores “EN1 - Materiais usados, discriminados por peso e volume” e “EN3 - Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária”, com relação ao indicador EN8 pode-se observar uma padronização na forma de divulgação dos dados, facilitando a comparação entre as instituições. Dentre os bancos que compõem a amostra, o que possui maior número de funcionários e também maior consumo de água é o Banco do Brasil. Como

forma de diminuir o impacto causado ao meio ambiente, o banco lançou o Programa Água Brasil, que promove a recuperação e conservação ambiental, a gestão integrada de resíduos sólidos e ações de inclusão e promoção social, sendo por isso um programa que vai além da ênfase apenas no meio ambiente.

4.4. Indicador EN16 - total de emissões diretas de gases de efeito estufa por peso

Os Bancos Amazônia, Bradesco, Banrisul, Banco Indusval e Banco do Nordeste não apresentaram nenhum dado referente ao indicador EN16 em seus relatórios divulgados.

O Banco do Brasil apresentou um total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa em 2013 de 76.078 toneladas, aumentando para 105.642 toneladas em 2014 e reduzindo em 2015 para 95.986 toneladas. Como iniciativas para redução da emissão de gases de efeito estufa, o banco adotou uma série de medidas, as quais pode-se destacar o Sistema de Compensação Digital por Imagem (CDI), o Débito Direto Autorizado (DDA), a utilização das salas de áudio e videoconferência, que reduzem o volume de deslocamento de funcionários e o transporte Compartilhado de Malote.

O Banco Itaú Unibanco apresentou, em 2013 um total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa de 85.022,13 toneladas, subindo para 107.751,60 toneladas em 2014 e caindo para 106.026 toneladas em 2015. O aumento das emissões de 2013 para 2014 foi justificado pela empresa pela baixa quantidade de chuvas, que gerou a necessidade de maior utilização de aparelhos de ar condicionado em agências e *data centers*. Em seu relatório de 2015, o banco destacou algumas de suas iniciativas que geraram reduções de emissão de gases do efeito estufa, os quais podemos destacar as reuniões virtuais, gerando redução de 33.884,46 toneladas de gases do efeito estufa, e a reciclagem de gases refrigerantes, deixando de emitir 3.858,6 toneladas de gás carbônico na atmosfera.

Dentre todos os bancos que compõem a amostra, apenas o Banco do Brasil e Itaú Unibanco apresentaram o indicador EN16. A figura 03 apresenta a evolução temporal dos dados apresentados pelas duas instituições.

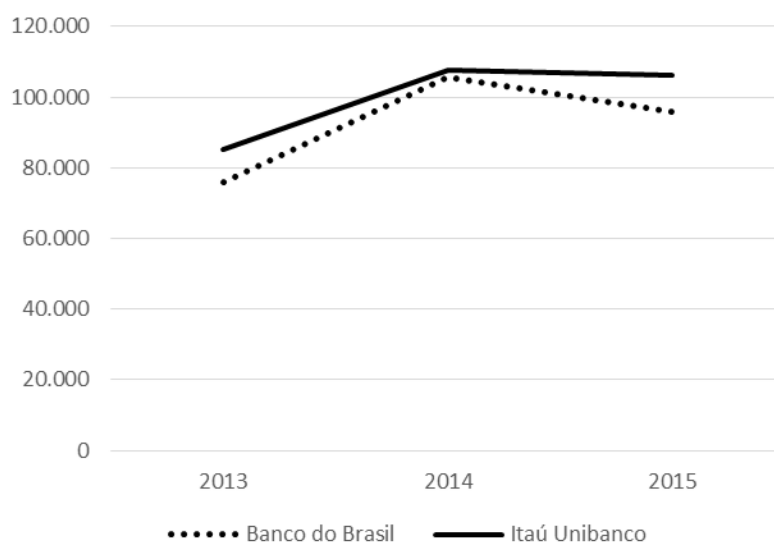


Figura 3 - Total de emissões diretas de gases de efeito estufa por peso.
Fonte: dados da pesquisa.

Apesar de possuir maior número de funcionários, o Banco do Brasil apresentou, nos três anos analisados, quantidade de emissões de gases do efeito estufa menor do que as do Itaú Unibanco. Porém, vale destacar o compromisso com a divulgação de dados das duas instituições nos padrões GRI e a preocupação em criar iniciativas que contribuem para a redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa.

4.5. Indicador EN29 - valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias

O Banrisul, Banco Indusval e Banco Itaú Unibanco não publicaram informações referentes ao indicador EN29 em seus relatórios divulgados. O Banco Bradesco, Banco do Brasil e Banco do Nordeste alegaram não ter recebido nenhuma multa significativa ou sanção durante o período analisado.

O Banco Amazônia, nos Relatórios de Sustentabilidade de 2013 e 2014, não apresentou nenhuma informação referente ao indicador EN29. No relatório de 2015, a empresa informou que não foi registrado nenhum caso de não conformidade com leis e regulamentos nem ações judiciais de corrupção ou discriminação movida contra o banco ou seus empregados.

Com relação ao indicador EN29, pode-se observar que das instituições que divulgaram as informações sobre as multas, a totalidade não apresentou nenhuma

ocorrência de não conformidade com as leis, reforçando o compromisso socioambiental destes com a sociedade.

4.6. Indicador LA9 - número médio de horas de treinamento por ano por empregado

O Banco Amazônia não apresentou informações referentes ao indicador LA9 em seu relatório dos anos de 2013 e 2014. Em 2015, o banco destacou o investimento em educação no valor de R\$ 5,2 milhões e a criação do Portal Educacional, incentivando a capacitação dos funcionários via ensino à distância. Foram realizadas 12.379 capacitações e treinamentos, os quais se enquadram cursos internos, externos, à distância, programas educacionais, eventos e seminários, com uma média de 23 horas de carga horária, abrangendo 2.685 empregados, gerando uma média de 106 horas de treinamento por ano por empregado.

O Banco Bradesco apresentou em 2013 um número médio de horas de treinamento de 61 horas por empregado, tendo sido investido pela empresa o valor de R\$ 126,8 milhões em ações de educação corporativa. Em 2014, o número médio de horas de treinamento foi de 59,5 horas, tendo reduzido para 23,45 horas em 2015. Segundo a instituição, em 2015 as horas de treinamento dos cursos a distância passaram a não entrar no indicador, sendo assim justificada a queda do indicador em mais de 60%.

O Banco do Brasil teve em 2013 um número médio de horas de treinamento por funcionário de 62,03 horas, sendo o investimento no ano de R\$ 91,7 milhões em educação corporativa. O banco ainda destaca as bolsas oferecidas em diferentes modalidades, como bolsas de idiomas, certificações internas, profissionais e legais, programas de graduação e pós-graduação. Em 2014, o número médio de horas por empregado subiu para 83,7 horas e em 2015 caiu para 75,67 horas.

O Banrisul, em seu relatório de 2013, apresentou uma média de 52,47 horas de treinamento por empregado. A empresa destaca que nesse ano implementou a plataforma de Educação a Distância (EAD) com todos os módulos já desenvolvidos, indo de encontro à diretriz do banco de capacitar o quadro funcional para desempenhar suas funções e assumir responsabilidades. O banco não divulgou relatório de sustentabilidade nos anos de 2014 e 2015.

O Banco do Nordeste apresentou a média de horas de treinamento no ano de 2013 por empregado de 59,17 horas, tendo avançado para 76,61 horas em 2014, último ano em que a empresa divulgou Relatório de Sustentabilidade. O banco ainda destacou que sua

Universidade Corporativa é a principal ferramenta para oferta de cursos e capacitação aos funcionários, estando em conformidade com as políticas gerais da Superintendência de Desenvolvimento Humano e com o planejamento estratégico da organização.

O Banco Itaú Unibanco apresentou uma média de horas de treinamento por funcionário em 2013 de 22 horas, avançando para 26 horas em 2014 e 23 horas em 2015. A instituição não detalhou, em seu relatório anual dos anos de 2013 a 2015, a forma com que os treinamentos são efetuados e os investimentos em educação. A Figura 04 mostra a evolução temporal dos dados apresentados.

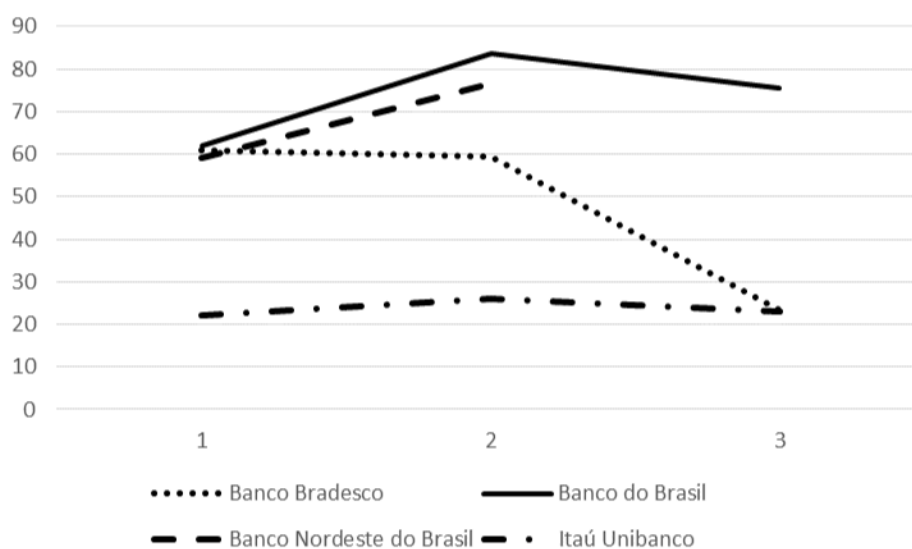


Figura 4 - Número médio de horas de treinamento por ano por empregado.
Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao indicador LA9, apenas o Banco Indusval não o apresentou em seu relatório. Os outros bancos que compõem a amostra demonstraram grandes investimentos na capacitação de seus funcionários, como por exemplo o Banco Bradesco, que investiu mais de R\$ 126 milhões em 2013 em ações de educação corporativa. Foi identificada também uma tendência nas instituições de direcionarem a forma de capacitação para Ensino à distância, por apresentar um menor custo e maior alcance aos funcionários.

4.7. Indicador LA16 - número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

O Banco Indusval e o Banco do Nordeste não divulgaram informações referentes ao indicador LA16 nos Relatórios de Sustentabilidade publicados.

O Banco Itaú Unibanco divulgou, em seu Relatório de Sustentabilidade do ano de 2013, que o número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas foi de 1.142, sendo 1.021 delas solucionadas. Nos relatórios de 2014 e 2015, a empresa apenas informou que não obteve passivos e contingências trabalhistas que impactaram significativamente seus resultados.

O Banco Amazônia não apresentou informações referentes ao indicador LA16 nos relatórios de 2013 e 2014. No relatório de 2015, a empresa apresentou um quadro com o número total de reclamações, denúncias, solicitações, sugestões, elogios e pedidos de informação recebidos nos anos de 2013 a 2015, porém sem destacar quais queixas foram processadas e solucionadas e quais se referem a práticas trabalhistas.

O Banco Bradesco não divulgou informações a respeito do indicador LA16 em seu relatório de 2013. Em 2014, a empresa apresentou 928 manifestações dadas como solucionadas, sendo 321 dessas de anos anteriores e solucionadas em 2014. Em 2015, o número de manifestações solucionadas foi de 643, sendo 120 de anos anteriores e solucionadas em 2015. Para a instituição, os casos trabalhistas e de direitos humanos são tratados em conjunto.

O Banco do Brasil não divulgou a quantidade de queixas processadas e solucionadas dos anos de 2013 a 2015. Via nota explicativa ele mostra apenas os valores que são provisionados para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”. No “Sumário do GRI” dos Relatórios de Sustentabilidade de 2014 e 2015, a instituição alega que a razão para omissão do indicador é por se tratar de uma informação confidencial.

O Banrisul divulgou, em 2013, o recebimento de 23 queixas em seu canal de denúncias, sendo que 5 dessas foram tratadas e obtiveram retorno da Gestão de Pessoas ou Auditoria. A instituição não apresentou Relatório de Sustentabilidade nos anos de 2014 e 2015.

Percebe-se que o indicador LA16 é omitido por boa parte das instituições, como no caso do Banco do Brasil, onde a justificativa foi por se tratar de informação sigilosa. Já o

Banco Amazônia divulgou as reclamações recebidas, porém sem distinguir quais eram relacionadas a práticas trabalhistas, não respeitando o padrão GRI. Nas demais, foram informados dados de reclamações recebidas e pode ser destacado como positivo o fato de as instituições terem canais internos para receberem e tratarem tais demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve como objetivo ampliar o estudo do tema referente a divulgação de informações de caráter ambiental pelas instituições financeiras do país com ações negociadas na BM&FBovespa, tendo como norteadores os critérios estabelecidos pela *Global Reporting Initiative* a serem seguidos na divulgação do Relatório de Sustentabilidade.

Com relação as unidades de medida utilizadas nas demonstrações, foi observado uma falta de padrão na apresentação das informações, dificultando a comparação entre diferentes instituições e ainda entre os anos analisados. Uma padronização na divulgação dos dados seria importante para a análise das empresas e seus *stakeholders*.

Outro aspecto observado foi a baixa adesão das instituições financeiras, principalmente as menores, ao relatório de sustentabilidade. Das 27 instituições que compõem a amostra, apenas 4 divulgaram o relatório entre os anos de 2013 e 2015 seguindo os padrões internacionais estabelecidos pela GRI. São elas: Banco Amazonia, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Itaú Unibanco.

Com relação aos estudos relacionados, foi possível observar semelhança entre os resultados encontrados por Busch e Delgado (2012) e Schwarzin (2012), onde ambos destacaram a relevância e o impacto positivo para a sociedade com a utilização de práticas sustentáveis nas instituições. Já ao se comparar com o estudo de Achua (2008), os resultados foram discrepantes, pois este colocou que no setor bancário da Nigéria a Responsabilidade Social Corporativa possui pouca influência na administração dos bancos. Por se tratar de um mercado de pouca regulamentação e que sofre graves problemas de corrupção, o setor bancário nigeriano destoa do sistema bancário brasileiro.

Vale destacar ainda as diversas ações sociais e ambientais encontradas nos relatórios analisados, voltadas para questões importantes como redução do consumo de

água e energia, reciclagem de material utilizado, apoio a entidades e pessoas localizadas em regiões periféricas e contribuição com o desenvolvimento pessoal e profissional de funcionários e colaboradores das instituições.

Com isso, pode-se considerar que, apesar do baixo número de instituições aderentes aos padrões GRI, o trabalho atendeu aos objetivos propostos ao realizar a análise de tais instituições e do mercado como um todo. Torna-se válido ainda o registro da possibilidade de continuidade do trabalho, direcionando o estudo a instituições nacionais e internacionais de determinadas regiões, podendo ainda relacionar os indicadores ambientais com dados financeiros, como ativo total e volume de intermediações financeiras. Tais discussões, não menos complexas, merecem uma análise mais ampla de forma a gerar novas pesquisas relacionadas ao tema de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

Achua, J. K. (2008). Corporate social responsibility in Nigerian banking system. *Society and Business Review*, 3(1), 57-71.

Alimonda, H., & Leão, S. (2005). As instituições financeiras federais e o Protocolo Verde. *As instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina*. Brasília: FLACSO, 17-130.

Amaral, S. P. (2003). *Estabelecimento de indicadores e modelo de relatório de sustentabilidade ambiental, social e econômica: uma proposta para a indústria de petróleo brasileira* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Barreta, P. (1998). Estatística aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Ed. Da Martins, E. *Contabilidade de Custos*, 10.

Bardin, L. (2004). Análise de Conteúdo. Lisboa: 70, 89-216.

Bardin, L. (1997). Análise de Conteúdo. Lisboa: 70.

Nº, L. E. I. (1964). 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá

outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 31. Retrieved April 28, 2016, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm

Brasil, L. (1981). Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Retrieved May 7, 2016, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

Brasil, L. (1998). Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Retrieved May 7, 2016, from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm

Brundtland, G. H. (1987). *Our common future: World Commission on Environment and Development*. Oxford: The Brundtland-Report Oxford University Press.

Caldelli, A., & Parmigiani, M. L. (2004). Management information system-a tool for corporate sustainability. *Journal of Business Ethics*, 55(2), 159-171.

Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 3.

Day, R., & Woodward, T. (2009). CSR reporting and the UK financial services sector. *Journal of Applied Accounting Research*, 10(3), 159-175.

Farook, S., Kabir Hassan, M., & Lanis, R. (2011). Determinants of corporate social responsibility disclosure: The case of Islamic banks. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, 2(2), 114-141.

Gil, A.C. (1987). *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo.

Global Reporting Initiative. (2010). *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade & Suplemento Setorial de Serviços Financeiros*, 3. Retrieved May 3, 2016, from <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-FSSS-Complete.pdf>

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2007). *Balanco social - modelo 2007*. Retrieved June 6, 2016, from <http://www.balancosocial.org.br>

Lange, D. E., Busch, T. & Delgado-Ceballos, J. D. (2012). Sustaining sustainability in organizations. *Journal of business ethics*, 110(2), 151-156.

Mattarozzi, V., & Trunkl, C. (2008). *Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios*. Senac

Minayo, M. D. S. (1994). A análise de dados em pesquisa qualitativa. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 24.

Moretti, S. L. D. A. (2010). O marketing e o social nos bancos brasileiros: evidências de relações assimétricas. *Revista Brasileira de Marketing e-ISSN: 2177-5184*, 9(1), 124-150.

Portal Federação Brasileira dos Bancos. Relatório Anual. Retrieved March 25, 2016, from https://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=90

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*/Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et al). São Paulo, Atlas.

Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hiill, 3.

Shimamura, E. (2012). *A função social e a responsabilidade socioambiental dos bancos*. (Masters Dissertation, Universidade Estadual de Londrina).

Thiollent, M. (2000). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 10.

Unep Finance Initiative. **About**. Retrieved March 25, 2016, from <http://www.unepfi.org/about/>

Ventura, E. C. F. (2005). *Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias* (Doctoral dissertation).

Vergara, S. C. (1997). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Editora Atlas SA.

Wanjnberg, D., & Leme, C. F. (2009). Exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo nos bancos brasileiros 10.5773/rgsa. v3i1. 117. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3(1), 53-69.

Zimmermann, G., Ott, Ernani., Schneider, P. & Eduardo, J. (2013). Atendimento de instituições financeiras às recomendações de evidenciação ambiental da Global Reporting Initiative (GRI). *Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)*. 2(2), 58-80.